

## INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA



Oscar Vilhena Vieira Diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas

# “No julgamento de Temer a inércia vai sobrepor-se à Justiça”

Texto **HELDER C. MARTINS**  
Foto **ALBERTO FRIAS**

A dupla Dilma Rousseff-Michel Temer começou a ser julgada esta terça-feira por irregularidades na campanha que os levou à presidência e vice-presidência do Brasil em 2014. O processo pede a destituição de Michel Temer. Na primeira sessão, o julgamento foi adiado para maio, o que confirma as expectativas do constitucionalista Oscar Vilhena Vieira. O diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas falou ao Expresso na semana passada à margem de uma conferência sobre a Constituição Brasileira proferida na SRS Advogados.

■ **O Tribunal Superior Eleitoral vai pedir a destituição de Michel Temer. O que vai acontecer?**

■ A minha expectativa é que muito pouco. O juiz do processo, Herman Benjamin, vai pedir a destituição da dupla Dilma-Temer. Mas a justiça eleitoral é uma instância muito especial. É composta por juizes do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça e mais uns indicados pelo Presidente. Hoje, é presidida pelo juiz do STF, Gilmar Mendes, que é muito alinhado

com o Governo Temer. Tem uma proximidade com Temer muito preocupante e mal-vista dentro do sistema político e judicial. E é Gilmar quem define a agenda do tribunal.

■ **Mas Temer já foi condenado em São Paulo e está inelegível por oito anos?**

■ Sim, e isso não lhe dá um futuro político muito promissor. Mas, como Gilmar Mendes controla os calendários, o processo não deverá entrar na agenda este semestre. Para complicar, há dois ministros do TSE que saem até maio. Será o Presidente a indicar os substitutos. O que também leva tempo. Não ficará resolvido em 2017. E as eleições são para o ano.

■ **E se fosse resolvido este ano?**

**“O REGIME BRASILEIRO PODE FUNCIONAR COMO SEMI-PRESIDENCIAL, ONDE A DESTITUIÇÃO É O VOTO DE DESCONFIANÇA”**

■ Seria um grande problema. Se Temer fosse afastado seria substituído pelo presidente da Câmara dos Deputados que está impedido, seguir-se-ia o presidente do Senado, que também está impedido (são ambos investigados na ‘Lava-Jato’)... Só a juíza Carmen Lúcia, que preside ao Supremo, é que poderia assumir a presidência, pois nada há contra ela. Outra solução seria uma eleição direta para um mandato de três meses. A inércia vai sobrepor-se ao direito. Não acredito que a dupla seja impugnada e que Temer seja afastado.

■ **Toda a linha de sucessão do Presidente continua comprometida. Há algo errado?**

■ Sem dúvida nenhuma. O Brasil tem 33 partidos e um Presidente que vença uma eleição tem que compor uma base de apoio, que é um mecanismo de entrega de ministérios e de cargos públicos que são utilizados para obter recursos, quando não de corrupção. O modelo de presidencialismo de coligação em vigor demonstrou-se no início de mandato da Presidente Dilma absolutamente inadequado e ineficiente para levar avante o projeto de democracia brasileira.

■ **A gestão das maiorias é de-**

masiado complicada? Em entrevista recente ao Expresso, Dilma Rousseff disse que precisou de quase 20 partidos para ter maioria.

■ Quando em 1987 elegemos a Assembleia Constituinte tínhamos 12 partidos eleitos. Fernando Henrique Cardoso tinha uma base muito menor, três partidos. Lula precisou de mais e Dilma ainda mais. Dilma tem muitas qualidades, mas destas não faz parte a habilidade política para gerir uma coligação. Ela caiu basicamente devido a essa incapacidade de gestão de coligações.

■ **Mas Dilma não foi acusada de corrupção, nem ficou provado o crime de responsabilidade ou a manipulação orçamental (pedalada fiscal)?**

■ A lei do crime de responsabilidade é muito aberta. E quanto mais aberta é a lei mais se transfere para o Congresso discricionariedade no apuramento dos delitos. Temos uma jurisprudência, infelizmente razoavelmente consolidada sobre a perda de mandato presidencial por crime de responsabilidade, que não tem natureza penal mas sim política. O que significa que o regime brasileiro pode funcionar como um semipresidencialismo onde o impeachment é utilizado como

voto de desconfiança. Foi o que aconteceu com Dilma. Perdeu a capacidade de governar na medida em que a sua base de apoio (o PMDB) muda de posição. É verdade que as “pedaladas”, muitos outros também o fizeram. O que a distingue é que o número de manobras de desorientação feito no seu governo é muito maior do que nos executivos de Lula ou de Fernando Henrique. O que do ponto de vista do Direito Penal não devia significar nada: ou se cometeu ou não se cometeu delito. Ora, dado que o julgamento é feito numa câmara

■ **Foi um processo ilegal?**

■ Foi imputada por dois delitos. É verdade que as “pedaladas”, muitos outros também o fizeram. O que a distingue é que o número de manobras de desorientação feito no seu governo é muito maior do que nos executivos de Lula ou de Fernando Henrique. O que do ponto de vista do Direito Penal não devia significar nada: ou se cometeu ou não se cometeu delito. Ora, dado que o julgamento é feito numa câmara

**“TODOS OS PARTIDOS QUE OCUPARAM O PODER NOS ÚLTIMOS 27 ANOS MOSTRAM-SE ENVOLVIDOS NO ESQUEMA DE FINANCIAMENTO”**

política considerou-se que era motivador de destituição.

■ **Foi uma afronta à Constituição, como defendem alguns?**

■ Não. É um impeachment bruto. É um processo sobre bases muito pouco contundentes. Como processo político foi rude. Mas foi acompanhado pelo Supremo em várias instâncias que legalizou o processo de destituição. O que vai deixar uma má cicatriz no sistema político brasileiro.

■ **O relator da ‘Lava-Jato’ no STF, juiz Edson Fachim, está prestes a levantar o sigilo das denúncias de 77 executivos da construtora Odebrecht, a chamada “delação do fim do mundo.” Quais serão as consequências?**

■ O processo de investigação feito em Curitiba (sede da ‘Lava-Jato’) acabou. Tudo o que estava na jurisdição do juiz responsável, Sérgio Moro, levou a que pessoas que não têm “foro privilegiado” fossem processadas, absolvidas ou condenadas. Moro transferiu a informação que não podia utilizar para o STF, que entretanto analisou e validou.

■ **O que está em causa?**

■ Não é uma lista de pessoas envolvidas, se fosse isso nada



aconteceria. Até por que já sabemos quem elas são devido aos vazamentos (fugas de informação). O problema é que são depoimentos gravados em vídeo. O que está por saber é se o juiz autoriza que os vídeos sejam públicos como quer o Ministério Público, ou não como pede a defesa. Se as imagens forem autorizadas certamente haverá um impacto grande. Sobre tudo mediático. Houve depoimentos escatológicos, outros cómicos...

**■ Mas se forem apenas transcrições não será o mesmo?**

**■** Seriam milhares de páginas que certamente teriam impacto. Agora para um país que lê pouco mas vê muito telejornal ao ver-se a figura de algumas pessoas o efeito seria maior.

**■ As fugas de informação de que falou e a própria investigação parecem obedecer a uma lógica política. Primeiro acabar com o PT, depois com o PMDB e o PSDB?**

**■** Não tenho uma teoria da conspiração tão forte. O que abriu as investigações foi aleatório: a prisão do "doleiro" Alberto Youssef que ajudava o PT a lavar o dinheiro da Petrobras. Da árvore de depoimentos de Youssef, constavam políticos ligados ao PT e ao PMDB. No decurso da investigação chegou-se a outros implicados. Foi por camadas: começou no PT e parte do PMDB e chegou ao PSDB, onde atingiu figuras importantíssimas como os dois ex-candidatos à presidência do Brasil: o senador Aécio e o ex-MNE, José Serra.

**■ A corrupção foi geral?**

**■** Todos os partidos que ocuparam o poder nos últimos 27 anos de democracia (PMDB, PSDB e PT), todos, demonstram-se envolvidos nesse esquema de financiamento de campanha que se faz a partir de obras públicas e da predominância das empreiteiras.

**■ É preciso reformar o sistema político?**

**■** Sim, mas é muito difícil que o sistema se autorreforme. Quem beneficiou deste sistema eleitoral não vai querer mudá-lo. Mas para não ser completamente pessimista, essas crises têm gerado reformas graduais do sistema político. Mas não vai ser de um dia para o outro.

**■ Que reformas foram essas?**

**■** Um passo importante foi a lei da ficha limpa — uma iniciativa popular com mais de dois milhões de assinaturas — que impede pessoas condenadas de se candidatarem. Outro, foi a proibição das empresas financiarem partidos. O que me faz acreditar que o parlamento de 2018, do ponto de vista da integridade, vai ser melhor do que o atual. É provável que seja aprovada em breve uma cláusula de barreira, que reduzirá o número de partidos do sistema brasileiro de 33 para cerca de uma dúzia.

**■ Este ano ainda?**

**■** Sim já há duas propostas, uma aprovada na Câmara e outra no Senado. A ideia é que serão precisos pelo menos 3% do eleitorado nacional para ter assento no Congresso.

**■ Acabam partidos como o das Mulheres, sem mulheres?**

**■** Vai deixar de haver partidos muito minoritários que hoje — como recebem fundo partidário e horário de televisão — são chamados partidos de aluguer. Funda-se um partido e depois negocia-se com base na coligação. Há profissionais que vivem disso. É uma atividade altamente lucrativa porque a receita é preestabelecida por lei.